



OS JORNAIS ALTERNATIVOS E A LEGITIMIDADE POLÍTICA DA JUVENTUDE COMUNISTA¹

ALTERNATIVE NEWSPAPERS AND THE POLITICAL LEGITIMACY OF COMMUNIST YOUTH

Márcio Santos de Santana *

Universidade Estadual de Londrina. – UEL

 <https://orcid.org/0000-0002-4131-217X>

msantana@uel.br

RESUMO: A Era Vargas caracterizou-se pela acentuada criminalização do dissenso. Qualquer forma de contestação à ordem estabelecida era objeto de repressão por parte da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), a polícia política da época. Nesse contexto, o comunismo figurou entre as culturas políticas mais perseguidas. No seio dessa repressão, a Juventude Comunista, órgão do Partido Comunista do Brasil (PCB) voltado ao público infantojuvenil, atuou política e ideologicamente por meio de diferentes jornais alternativos. Sua estratégia consistia em legitimar as próprias ações e deslegitimar as dos adversários, ao mesmo tempo em que fortalecia a coesão identitária e doutrinária entre seus ativistas. O objetivo deste artigo é analisar as estratégias empregadas pela Juventude Comunista para promover a circularidade cultural de suas ideias nas diversas camadas da sociedade brasileira. Uma leitura desses periódicos revela a constante prática da crítica. Embora a qualidade dos textos publicados variasse consideravelmente, dada a forma de trabalho, e a carga emotiva apresentasse grande diversidade, todos eles compartilhavam a construção de seus argumentos com base em pressupostos ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa alternativa; legitimidade política; juventude; comunismo.

ABSTRACT: The Vargas era marked the intense criminalization of dissent. Any form of challenge to the established order was subject to repression by the São Paulo Department of Political and Social Order (DOPS/SP), the political police of the time. In this context, communism was among the most persecuted political cultures. Amid this repression, the Communist Youth, a branch of the Communist Party of Brazil (PCB) aimed at children and young people, acted politically and ideologically through various alternative newspapers. Its strategy consisted of legitimizing its actions and delegitimizing those of its opponents, while strengthening identity and doctrinal cohesion among its activists. The objective of this article is to analyze the strategies employed by the Communist Youth to promote the cultural circulation of its ideas across various layers of Brazilian society. A reading of these periodicals reveals the constant practice of criticism. Although the quality of the published texts varied considerably, given the form of work, and the emotional charge presented great diversity, they all shared the construction of their arguments based on ideological assumptions.

KEYWORDS: Alternative press; political legitimacy; youth; communism.

¹ O artigo é resultado do projeto O curso da vida e a Epistemologia da História: tempo, sujeitos, redes e representações, sob a coordenação do autor, registrado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (PROPPG/UEL) sob o nº 13513.

* Professor Associado no Departamento de História, na área de Teoria da História e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina.(UEL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

INTRODUÇÃO

A proclamação da República no Brasil não foi seguida pela efetiva instauração da *res publica*, um conceito que remete à coisa pública e aos interesses coletivos. Nesse sentido, o processo histórico é frequentemente percebido como incompleto no plano coletivo. A cultura política autoritária, característica do contexto nacional, manifesta-se por meio de três elementos principais: (i) a criminalização do dissenso político, (ii) o emprego da violência estatal na repressão a contestadores e rebeldes, e (iii) a negação da cidadania, particularmente evidente contra a população pobre e marginalizada.

Malgrado suas especificidades, os eventos históricos subsequentes, simbolicamente relevantes para esta discussão, entrelaçam-se em torno de um elo comum: a cultura política autoritária na qual se originaram. Dentre eles, destacam-se a Guerra de Canudos (1896-1897), na Bahia; a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), no Rio de Janeiro; a Guerra do Contestado (1912), na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina; a Revolta de Juazeiro (1914), no Ceará; e, por fim, a Revolta de 1924², em São Paulo.

Converge-se com a corrente interpretativa que aponta a população afrodescendente como o segmento mais afetado pela exclusão e marginalização social. As raízes dessa condição remontam à forma como o Brasil encerrou o regime escravocrata, considerando que, conforme argumenta Florestan Fernandes,

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (2008, p. 35-36).

Durante a Primeira República (1889-1930), a liberdade de imprensa no Brasil se revelava uma realidade ambivalente, caracterizada por um cenário de censura velada, repressão e violência sistemática contra jornalistas e publicações. Embora a imprensa

² A presença da Revolta de 1924 nesse rol pode, por certo, causar estranheza, visto que, em comparação com os demais, não se trata de um evento de ampla notoriedade popular. No entanto, o cerco das tropas federais aos revoltosos revelou a completa negligência com a população local, em sua maioria marginalizada e de origem pobre. Assim, a *violência estatal* e a *negação da cidadania* manifestaram-se de maneira brutal, tanto pelas sucessivas semanas de bombardeio aéreo à cidade quanto pela insensibilidade das autoridades que ordenaram a ação – o governador do Estado, Carlos de Campos –, que deixou os cidadãos à própria sorte. Como assinalou Sevckenko (1991, p. 303), “Os que tinham recursos e veículos fugiram para o litoral ou interior; os demais ficaram à mercê das armas inclementes que eram supostas defendê-los.”

servisse como um importante instrumento para o debate político, operava sob a constante ameaça do poder das oligarquias que controlavam as redações e tipografias (MARTINS; LUCA, 2008).

A cultura política autoritária desse período maculou, em essência, o exercício da liberdade de imprensa no Brasil. Esse cerceamento ocorreu mesmo que o dispositivo da liberdade de imprensa tenha sido formalmente acolhido pelas constituições de 1891, 1934 e 1937.³ A efetividade de sua implantação na vida cotidiana, contudo, foi mitigada, considerando que o Estado de Sítio, recurso amplamente acionado pelos dirigentes do país, suspendeu na prática muitas das garantias constitucionais. Durante a Primeira República, de acordo com a síntese de Naud (1965abc),

[...] governou-se por 2.365 dias em estado de sítio. No governo Floriano Peixoto o estado de sítio vigorou por 295 dias, no Prudente de Moraes por 104 dias, no Rodrigues Alves por 121 dias, no Hermes da Fonseca por 268 dias, no Wenceslau Braz por 71 dias, no Epitácio Pessoa por 132 dias, no Washington Luís por 87 dias e no governo de Arthur Bernardes por 1.287 dias, governando este em estado de normalidade por menos de dois meses num governo de quatro anos.

Getúlio Vargas, por exemplo, exerceu a chefia do poder executivo sob essa condição entre novembro de 1935 e novembro de 1937, período que precedeu e, de certo modo, pavimentou a transição para o Estado Novo (1937-1945) - este último, um regime ditatorial de caráter francamente autoritário (LEVINE, 1980).

FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A primeira metade do século XX foi marcada por significativas mudanças políticas e ideológicas, as quais permearam tanto a esfera pública quanto a privada, e se estenderam do âmbito nacional ao internacional. Embora se trate de um movimento basilar do jogo político, as forças em disputa empenharam-se na produção e divulgação de discursos, visando à construção e/ou reconstrução de identidades e subjetividades.

O que justificava tamanha dedicação de tempo, energia e planejamento? As organizações políticas buscavam, simultaneamente, concretizar duas operações fundamentais e contraditórias: a legitimação das próprias ações e a deslegitimação das ações de seus adversários. Com essa estratégia, almejava-se o fortalecimento da coesão

³ Em 1891, art. 72, § 12; em 1934, art. 113, § 9; em 1937, art. 122, § 15 (BRASIL, 1891; BRASIL, 1934; BRASIL, 1937).

identitária e doutrinária entre os ativistas. Essa dinâmica binária manteve-se constante na maior parte do tempo, mobilizando uma vasta gama de expedientes.

A identidade coletiva era constituída pela crença e cumplicidade em uma mesma doutrina, elemento que forjava o sentimento de pertencimento a uma causa, considerada de grande relevância por seus adeptos. Para integrar as fileiras do agrupamento político, uma condição basilar é, conforme Foucault (1996, p. 42), “[...] o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra - mais ou menos flexível - de conformidade com os discursos validados [...]”.

A doutrina não só vincula os indivíduos a certas enunciações, como também lhes interdita outras. Por conseguinte, em última instância, ela desempenha um papel central na determinação das pessoas que integrarão ou não o círculo social formado por seus adeptos. Desse modo, Foucault (1996, p. 43) salienta que:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-las, por isso mesmo, de todos os outros.

A militância comunista dedicou-se intensamente ao trabalho de propaganda, com o intuito de ampliar a circulação de suas ideias. Para tanto, uma vasta gama de materiais impressos foi explorada, como jornais, boletins, panfletos e livros. Tal engajamento não foi obstado por problemas estruturais recorrentes, como a dificuldade de obtenção de recursos financeiros e a vigilância constante da Polícia Política.

Neste trabalho, a avaliação se restringe, contudo, ao jornal. A relação entre o suporte e a informação nele contida já foi objeto de reflexão: cada suporte - seja a constituição material e/ou a forma - oferece uma vantagem operacional para a militância política cotidiana? A hipótese que se avalia é a da existência de uma vantagem operacional prevalente, ou seja, uma presença não exclusiva, mas que se sobressai na relação, qual seja: jornal ↔ formação de leitores, livro ↔ espaço de sedição e panfletos ↔ agilidade na circulação das ideias (SANTANA, 2024).

Os jovens comunistas buscavam a conversão de suas ideias, de mero objeto de debate intelectual ou abordagem utópica, em um plano de ação política de caráter revolucionário (SANTANA, 2025). Considerando tal meta, este trabalho visa à consecução de dois *objetivos*: (i) investigar a função dos jornais no ativismo cotidiano e (ii) analisar a produção discursiva presente no corpus documental. Verificar-se-á, por conseguinte, a *hipótese* de que os jornais foram um canal de promoção da *circularidade*

cultural das ideias em ebulição entre os ativistas da *Juventude Comunista*, disseminando-as pelas mais diversas camadas da sociedade brasileira.

Com base nas formulações de Bakhtin (2002), Ginzburg (2004) propõe o abandono da problemática da transmissão cultural, a qual se fundamenta em uma visão verticalizada e hierarquizada da cultura, bem como em contraposições como primitivo vs. civilizado ou popular vs. erudito. Dessa forma, a discussão se desloca para a problemática da circularidade cultural, cuja base epistemológica é enunciada nos seguintes termos pelo autor de *O queijo e os vermes*:

A essa altura começa a discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes. Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura? (GINZBURG, 2004, p. 17).

Nessa abordagem, a construção social da legitimidade revela-se essencial para a ação política. Sem ela, os atores sociais, sejam individuais ou coletivos, não conseguem exercer suas ações de forma autônoma, em virtude da ausência de credibilidade perante seu público-alvo. No meio político, a legitimidade constitui, portanto, um elemento basilar, ou seja, nenhuma ação é implementada sem que antes se tenha estabelecido a devida justificativa para os fins almejados, pois,

[...] o que é possível fazer em política é geralmente limitado pelo que é possível legitimar. O que se pode esperar legitimar, contudo, depende de que cursos de ação podem-se plausivelmente alcançar sob princípios normativos existentes (SKINNER, 1999, p. 86).

O receptor de uma mensagem, independentemente de ser escrita ou oral, não se configura apenas como um agente passivo na comunicação. Dessa maneira, a recepção é um processo ativo de decodificação que ocorre sob a influência de diversas variáveis – vivências pessoais, convicções, filtragens ideológicas, saberes prévios, entre outros. Essa é a razão pela qual cada sujeito pode compreender a mesma mensagem de formas distintas (CHARTIER, 1992).

FONTES E MÉTODOS

Este trabalho se dedica a uma pesquisa tanto empírica quanto teórica, pois a reconstrução histórica dos fatos é indispensável para o mapeamento e a compreensão correta do cenário analítico. Assim, empregou-se uma metodologia que integra pesquisa *bibliográfica e documental*, utilizando o *método hipotético-dedutivo* para análise.

O conceito de *representação* é essencial para se pensar a cultura visual ou escrita, onde se situam os jornais. Os textos não são espelhos da realidade, mas sim uma construção seletiva e determinada (CHARTIER, 2011). A investigação da representação contribui para entender de que maneira os meios de comunicação produzem significados, moldam a visão do público e sustentam ideologias.

A *imprensa alternativa* se caracteriza como um tipo de jornalismo que se opõe à mídia tradicional e comercial. Ela se destaca por buscar a independência, ter uma atitude crítica e prestar atenção a vozes que geralmente são marginalizadas. A sua proposta é trazer discursos que vão contra a hegemonia do que é apresentado pelos meios de comunicação tradicionais (KUCINSKI, 1991).

A *cultura política* alude ao *patrimônio compartilhado por uma coletividade* (um grupo, uma comunidade, etc.) em um dado contexto histórico. Esse conceito abrange tanto os elementos *subjetivos*, como crenças e valores, quanto os *objetivos*, como normas e eventos. Os atores sociais podem ter diferentes *níveis de consciência* sobre esses elementos (FORMISANO, 2001; INGLEHART, 1988).

A análise da questão sob o prisma epistemológico demonstra a singularidade do fenômeno: a cultura política conforma um conjunto homogêneo a partir de componentes de origens e natureza diversas. Consoante Berstein (1998, p. 350-351),

Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.

O corpus documental é constituído por jornais, em formato tabloide ⁴, apreendidos pela *Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo* (ver Quadro 1), no curso de suas ações rotineiras de repressão a atividades contrárias à ordem política e social. O alvo, nesse caso, era a *Juventude Comunista*, suspeita de disseminar o dissenso político entre as novas gerações.

Essas fontes estão depositadas no *Fundo DEOPS, Série Prontuários*, sob a guarda do *Arquivo Público do Estado de São Paulo* (APESP). O fundo é composto ainda por outras três séries: *Delegacia Especializada de Ordem Social, Delegacia Especializada de Ordem Política e Arquivo Geral*. Conforme no início da década de 1990, os acervos de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pernambuco foram entregues aos seus respectivos arquivos estaduais (PEDREIRA, 1993).

Quadro 1. Correspondência entre os jornais apreendidos e os prontuários policiais

JORNAL APREENDIDO		PRONTUÁRIO POLICIAL	
<i>Nome</i>	<i>Edição</i>	<i>Nº</i>	<i>Nome</i>
Frente Juvenil	São Paulo, ano I, n. 01, out. 1935.	3653	Justiniano Pereira Bispo
Juventude	Rio de Janeiro, ano I, n. 03, 01 jun. 1935.	3471	União dos Alfaiates e Anexos
Lucta Estudantil	Rio de Janeiro, ano I, n. 02, dez. 1932 - jan. 1933.	4295	Constantino Milano Netto, v. 1.
O Jovem Proletário	Rio de Janeiro, ano VI, n. 23, 23 ago. 1935.	648	Lauro Reginaldo da Rocha

Fonte: Elaboração própria.

A CONJUNTURA 1927-1937


A conjuntura iniciada em 1927 é notável por sua riqueza em simbolismo e ações concretas. A mudança estrutural mais relevante diz respeito à configuração do Estado brasileiro, que gradualmente migrou do modelo de *liberalismo oligárquico* para um sistema intervencionista e centralizador. Esse novo arranjo pode ser caracterizado como um *corporativismo de natureza privada*. Tal reconfiguração pode ser descrita de outra forma: o Estado brasileiro abandonou a matriz lockeana em benefício da hobbesiana (SANTOS DE SANTANA, 2023).

⁴ A classificação dos formatos de jornal baseia-se no tamanho do papel: o *tabloide* possui medidas de aproximadamente 29,7x26 cm, enquanto o *standard* é de cerca de 54x29,7 cm (RIBEIRO, 2020).

A Lei Celerada, que entrou em vigor em 1927, foi um marco de repressão no Brasil, sobretudo para o movimento operário e sindical que crescia no início do século XX. Com o objetivo de preservar a ordem pública, essa legislação tornou mais severas as punições para crimes políticos, limitou o direito de reunião e aumentou os poderes do Estado para reprimir manifestações contrárias ao governo. Impossível não notar como esse aparato legal serviu de ferramenta para sufocar o direito dos trabalhadores à organização e à livre expressão, impondo um clima de medo e censura que marcou profundamente a trajetória das lutas sociais no país (PINHEIRO, 1992).

O *Código de Menores*, ratificado pelo *Senado Federal* em outubro de 1927, após sua instituição pela *Câmara dos Deputados* em dezembro de 1926, representa um evento-chave na legislação brasileira. O objetivo do diploma legal era consolidar as normas para a “assistência e proteção a menores”. Conforme o artigo 1º, o novo código se destinava ao menor de 18 anos em situação de abandono ou delinquência, a quem a “[...] autoridade competente [aplicaria] às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” (BRASIL, 1926; BRASIL, 1927).

O governo Vargas enfrentou uma oposição sistemática, em diferentes graus e oriunda de diversos segmentos da sociedade. As forças políticas mais presentes foram:

- 
- www.revistafenix.pro.br
- i. Sindicalismo: apresentou-se de formas diversas, com diferentes correntes ideológicas e graus de autonomia, mesmo com a política trabalhista e o controle estatal sobre os sindicatos;
 - ii. Comunismo: abrangia os que estavam sob a influência do *Partido Comunista do Brasil* (PCB) e da *Internacional Comunista*;
 - iii. Liberalismo e catolicismo: embora houvesse setores católicos alinhados ao governo, existiam correntes liberais e católicas que se opunham;
 - iv. Integralismo: grupo de inspiração fascista que se opôs ao governo em momentos específicos, como no caso do Putsch Integralista de 1938, após a dissolução dos partidos políticos e a repressão no contexto do Estado Novo (LEVINE, 1980).

A *Juventude Comunista*, formalmente instituída em 1927 sob a influência do Partidão, tinha como principal objetivo atuar junto aos jovens. Sua finalidade era recrutar novos membros e inseri-los na cultura política comunista, formando adeptos da ideologia praticada pela coletividade. Para alcançar esses objetivos, a organização realizava atividades de propaganda, contrapropaganda, arrecadação financeira e formação doutrinária etc.

A Era Vargas teve início em 1930 com um o golpe de estado, evento que ficou conhecido como a “Revolução de 1930” (DE DECCA, 1997; FAUSTO, 2011). No âmbito político, a década de 1930 foi marcada por tensões significativas e uma reconfiguração das forças políticas em disputa, resultando em:

- i. Rápida transformação nas ideias políticas: o período pós-1930 viu um cenário de intensa mobilização e radicalização política, onde diferentes ideologias, como o comunismo (representado pelo PCB e pela *Aliança Nacional Libertadora - ANL*) e o fascismo (representado pela *Ação Integralista Brasileira - AIB*), ganharam espaço.
- ii. Multiplicidade de forças políticas em disputa: a ruptura institucional em 1930 pôs fim à hegemonia das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, abrindo caminho para a participação de novos grupos políticos e estados na cena nacional.
- iii. Indefinição dos atores em se posicionar ideologicamente: em meio a essas transformações, muitos atores políticos enfrentaram a dificuldade de se alinharem claramente a uma ideologia em um período de rápidas mudanças e novas propostas (SANTANA, 2025).

A questão social, um dos eixos de atuação do governo Vargas que lhe garantiu a imagem de “pai dos pobres”, foi largamente divulgada através de intensos investimentos em propaganda nos meios de comunicação da época, como o jornal e o rádio (JAMBEIRO, 2004; LEVINE, 2001). Nesse contexto, a participação de mulheres e jovens na vida política também se tornou um aspecto central. Em síntese, a abordagem da questão social era multifacetada, demandando do poder público ações proativas que combinavam políticas sociais com repressão ostensiva (SANTANA, 2025).

A Revolução de 1930 impôs uma reconfiguração do pacto federativo brasileiro, visando reacomodar os novos arranjos de poder. Essa transformação desencadeou, no âmbito estadual, tanto acomodações quanto profundos incômodos que logo se desdobraram em ações contra o poder central. O caso paulista se destaca como emblemático desse processo, impulsionado pela deposição de um presidente de São Paulo, o que interrompeu a hegemonia política estabelecida durante a República do Café com Leite. A centralização de poder sob o governo provisório de Getúlio Vargas gerou descontentamento nas antigas oligarquias estaduais, como a de São Paulo, que havia perdido sua proeminência política (GOMES, 1980; VISCARDI, 2019).

A insatisfação paulista culminou na Revolução Constitucionalista de 1932, um conflito armado motivado pela centralização do poder imposta por Vargas, que suspendeu a Constituição de 1891 e governava por meio de decretos-leis. A elite paulista,

então desprovida de sua tradicional influência política, aliou-se a diversos setores da sociedade para reivindicar a reconstitucionalização do país. A mobilização popular intensificou-se após a morte de quatro estudantes - Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo (MMDC) - em uma manifestação em maio de 1932, quando foram reprimidos por tropas ligadas ao governo Vargas. Esse trágico episódio serviu como um catalisador para o levante armado.

Embora derrotado militarmente pelas forças federais, o movimento paulista conquistou importantes ganhos políticos. A pressão exercida forçou o governo provisório a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte em 1933, que resultou na promulgação da Constituição de 1934 em julho do mesmo ano. A nova Carta Magna restabeleceu a ordem democrática e incluiu avanços sociais e eleitorais significativos, como o voto secreto e o voto feminino. A historiografia também aponta que, em 1933, Armando de Sales Oliveira, um representante da elite política e econômica paulista, foi indicado como interventor federal em São Paulo. Esse conflito, portanto, reflete o embate entre as forças oligárquicas da Primeira República e o novo projeto político nacionalista e centralizador de Vargas (BORGES, 1979).

A promulgação da Constituição de 1934, contudo, não se traduziu em uma plena redemocratização. De acordo com o texto constitucional, os “representantes do povo brasileiro” se reuniram para “organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico [...]” (BRASIL, 1934).

No entanto, em abril de 1935, apenas meses após a ratificação da Constituição, a Lei de Segurança Nacional foi sancionada. Promulgada em 4 de abril e ampliada em 14 de dezembro de 1935, a *Lei de Segurança Nacional* (LSN) tipificava crimes de duas naturezas distintas:

- i. contra a ordem política, que incluíam incitar funcionários e militares à desobediência, usar violência para alterar a forma de governo e possuir armas de grande calibre;
- ii. contra a ordem social, que compreendiam fomentar ódio entre classes, paralisar serviços públicos e intervir nos preços de alimentos para ganho pessoal (BRASIL, 1935a; BRASIL, 1935b).

Essa legislação estabeleceu diversos mecanismos de repressão e controle à sociedade civil, conferindo um aval de legalidade às movimentações da Polícia Política.

Todavia, não havia previsão de uma instância de controle, fiscalização ou limitação ao poder estatal.

As tensões políticas no Brasil se intensificaram no segundo quinquênio da década de 1930. Esse período foi marcado pela *Intentona Comunista de 1935*, uma tentativa de levante que antecedeu o golpe que institucionalizou a ditadura sob a liderança de Getúlio Vargas em 1937. Nesse ínterim, o sistema político foi alvo de manobras variadas com a finalidade de manter uma fachada democrática, buscando preservar as aparências antes da consolidação do regime autoritário.

Com a instauração do Estado Novo em 1937 e o consequente fechamento de partidos políticos, a frustração dos anseios de ascensão ao poder por grupos que antes eram considerados aliados levou os integralistas a uma tentativa de golpe de estado em 1938. Nesse cenário macropolítico, já conturbado e instável, a complexidade dos problemas era notória, refletindo-se em diversos tipos de conflito (LEVINE, 1980).

Era possível detectar enfrentamentos entre grupos de diferentes tendências ideológicas, ou seja, entre forças direitistas e esquerdistas – denominados intergrupo. Além disso, também era possível encontrar embates dentro das próprias correntes políticas, caracterizados por disputas internas tanto na esquerda quanto na direita – os intragrupo.

Essa dinâmica de alianças e rupturas ideológicas e políticas reflete a profunda instabilidade do período. A atuação de Vargas, manipulando as tensões entre esses diferentes grupos, demonstra a estratégia de centralização do poder que culminou na imposição do Estado Novo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A CONSTRUÇÃO DE UMA IMPRENSA ALTERNATIVA...

A *Juventude Comunista*, uma das organizações do PCB, cujo foco era o público infantojuvenil, foi criada nos anos finais da década de 1920. Seu *Comitê Central* adotou um sistema operacional similar ao que foi implantado pelo Partidão em seus periódicos. A organização de jovens comunistas era responsável, dentre outros, pela publicação d' *O Jovem Proletário*, periódico institucional e doutrinário (CIRCULAR..., 1929).

As recomendações leninistas estão na base do processo de formação dos jornais comunistas como *A Classe Operária*, jornal institucional e doutrinário do PCB, cuja criação se deve a Octávio Brandão, uma liderança histórica (BRANDÃO, 1978; LÊNIN,

2020).⁵Seguindo esse modelo, a forma de produção do jornal era não só *coletiva*, mas também *colaborativa*.

Destarte, além do material produzido diretamente pela equipe de redação, o jornal contava também com o que era fornecido pela militância em atuação nas células – colaboradores *in loco*, na prática –, melhor posicionada para captação das informações. Dessa maneira, as cartas recebidas eram revisadas por Laura Brandão, em virtude de sua precária redação (BRANDÃO, 1978).

Contando com Astrojildo Pereira na redação e Laura Brandão, sua esposa, na revisão, os demais integrantes da comissão editorial eram representantes de segmentos específicos da militância. Representando os gráficos, Carlos Silva, Dalla Déa e José Alfredo dos Santos; os tecelões, Hermenegildo Figueira, João B. Mendes e Júlio Kengen; os garçons, José L. Morales; os metalúrgicos, José Cazini; os panificadores, José Maria de Carvalho; os estudantes, Hersch Schechter e os desempregados, Abelardo Nogueira (BRANDÃO, 1978).

Leôncio Basbaum, comunista histórico, usou as páginas do jornal *A Nação* para divulgar a criação do novo agrupamento político e a sua importância para as novas gerações. Por conseguinte, durante várias edições subsequentes do periódico, foram publicadas as papeletas de inscrição na *Juventude Comunista* (BASBAUM, 1978).

Os problemas sociais enfrentados na infância e na juventude, não só eram específicos dessas *idades da vida*, mas também eram de natureza sensível. Ainda assim, não se havia chegado a um consenso sobre o assunto no Brasil, em que pese à promulgação do *Código de Menores* em 1927. As reações a ele foram muitas, sendo a oposição organizada pelo empresariado da indústria paulista, em torno do *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo* (CIESP) – futura FIESP⁶ –, uma das mais sistemáticas (SANTANA, 2013).

Nos primeiros anos de existência das organizações comunistas, isto é, no final da década de 1920, havia uma carência significativa de material de formação doutrinária e ideológica. Em relação à essa temática, com exceção dos jornais *A Classe Operária* e *O*

⁵ *O Que Fazer?* é um dos textos seminais dessa corrente de pensamento, foi escrito em meados de 1901 e publicado originalmente em março de 1902 em formato brochura.

⁶ O CIESP se converteu em FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em decorrência da implantação do modelo sindical corporativo da Era Vargas, no qual as instituições eram categorizadas em três níveis: *sindicatos*, se de alcance local; as *federações*, se de ação regional; *confederação*, se de ação nacional (BRASIL, 1931).

Jovem Proletário e uma tradução do livro *ABC do Comunismo* de Nikolai Bukharin⁷, não havia mais nada “[...] para ler e desenvolver e educar o espírito de classe dos nossos militantes.” (RELATÓRIO..., 1929, p. 3).

A dificuldade para edição dessas obras era imensa, o que acarretava na escassez de material de formação. Havia duas ordens de motivos. Um, de ordem financeira, pois os recursos eram sempre limitados, diminuindo a margem de manobra dos ativistas. Outro, de ordem infraestrutural, diretamente relacionado às dimensões continentais do país. Dois eram os desafios nesse quesito: (i) produzir e distribuir material bibliográfico por todo o território brasileiro; (ii) fazê-lo em diversos idiomas presentes na esfera pública, consequência direta da imigração em larga escala (RELATÓRIO..., 1929, p. 3).

A *Internacional Comunista*, no seu VI Congresso, realizado em 1928, entre 12 de julho e 01 de setembro, resolveu editar obras em língua portuguesa como forma de minorar o problema. Todavia, a medida ainda não estava em vigor no final de 1929. Porém, mesmo que fosse concretizada, ainda haveria o problema da especificidade etária e nacional, isto é, não bastava editar material em língua portuguesa, mas era preciso que ele fosse adequado à juventude e à realidade brasileira (RELATÓRIO..., 1929).

Em correspondência do início de 1930, o representante da *Juventude Comunista* alerta a *Internacional Juvenil Comunista* sobre o não recebimento do livro *Lenin y la Juventud*, por conta da ação governamental. Especula-se que o material tenha sido retido na alfândega como “importação proibida” (INFORME..., 1930).

As ações de propaganda impressa, por essa ocasião, estavam concentradas no *Código de Menores* e nas greves de operários. Elas se caracterizavam pela produção de materiais impressos, como manifestos, especialmente os de fácil transporte e distribuição. Contudo, a execução das ações era de baixa qualidade, carecendo de melhoria (INFORME..., 1930).

Os jovens comunistas contavam com veículos de imprensa de natureza distinta. Tomados em conjunto, eles formavam uma rede de *imprensa*, ideologicamente coerente e em sintonia com os mesmos ideais. Havia os jornais próprios - *Frente Juvenil*, *Juventude*, *Lucta Estudantil* e *O Jovem Proletário* -, e os pertencentes a outras organizações da sociedade civil⁸, como clubes esportivos, escolas, faculdades e

⁷ Nikolai Ivanovich Bukharin (1888-1938), político e filósofo russo, dedicado ao marxismo e à teoria da revolução. Foi morto por fuzilamento no *Grande Expurgo* stalinista.

⁸ Embora não tenha sido tomada como fonte neste artigo, também pertencem à categoria, dentre outros, os seguintes periódicos: *A Voz dos Alfaiates*, da União dos Alfaiates e Anexos; *O Trabalhador Gráfico*, da União dos Trabalhadores Gráficos; *O Trabalhador Vidreiro*, do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de

universidades, sindicatos, etc. A atuação intensa dos jovens nas redações dos jornais revela o quanto eles eram importantes para a publicização das causas defendidas.

A qualidade dos textos publicados varia muito em função do modelo de trabalho. Alguns artigos se destacam pela abordagem superficial dos temas, enquanto outros chamam a atenção pela construção emotiva dos discursos, frequentemente em tons de indignação. Os textos subsequentemente analisados compartilham *(i)* a base ideológica na construção dos argumentos e *(ii)* o contexto histórico de sua produção – a formação de uma frente única das esquerdas contra o fascismo.

O JOVEM PROLETÁRIO

Em 1927, após a reestruturação da Juventude Comunista, teve início a publicação do jornal *O Jovem Proletário*, dedicado a matérias voltadas ao público infantojuvenil, tratando da situação dos jovens do Brasil, costumeiramente distribuídos em quatro segmentos: camponês, estudantil, operário e militar. Três eram os objetivos a serem realizados: a formação ideológica, a cobertura dos principais eventos promovidos e a disseminação de cartas de leitores.

A infraestrutura não era das melhores, o que se constata pela forma de produção, pela periodicidade e pela tiragem alcançada pelo periódico. O jornal passou a ser *impresso* somente a partir da *edição especial* do quinto número, sendo todos os anteriores mimeografados.⁹ Embora raramente alcançada, a periodicidade *mensal* foi estabelecida. A tiragem *irregular* tinha o agravante de afetar a captação de recursos financeiros. O oitavo número, por exemplo, contou mil exemplares. Até o fim de 1929, a maior tiragem foi de cinco mil exemplares, obtidos em edição especial para o dia 7 de novembro (CARTA..., 1928).

A análise da tiragem de exemplares constitui um dado relevante para compreender a circulação e o alcance do jornal em questão. Em 1929, o Brasil apresentava uma população total de 35,9 milhões de habitantes, dos quais 26,5 milhões

Vidros; *Vida Bancária*, do Sindicato dos Bancários de São Paulo; *Vida Comerciária*, Sindicato dos Empregados no Comércio; etc. (MARTINI, 2010).

⁹ Há uma divergência nas fontes em relação à mudança da forma mimeografada para a impressão gráfica. Em uma carta do Secretário-Geral da Juventude Comunista do Brasil – Leôncio Basbaum, na ocasião – encaminhada para o Comitê Central Executivo da Internacional Juvenil Comunista, datada de 02 de maio de 1928, a mudança teria se dado a partir do sexto número do periódico. No entanto, ao verificar a *edição especial* do *número cinco*, constatamos que ela já foi produzida em gráfica. Nelson Werneck Sodré (2007, p. 323) informa que o jornal circulou sob a forma impressa entre janeiro e abril de 1928.

eram jovens, representando 73,8% do total (IBGE, 1920; IBGE, 1940).¹⁰ Naquele mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) contava com aproximadamente 800 filiados, o que correspondia a cerca de 0,0022% da população brasileira. Já a Juventude Comunista (JC) registrava, em 1929, cerca de 300 filiados, representando aproximadamente 0,0008% da população nacional (ABREU, 2025; SANTANA, 2025). Tal comparação permite estimar a porcentagem de jovens potencialmente envolvidos com a JC, considerando o contexto sociopolítico da época.

Ademais, é importante ressaltar que o número efetivo de leitores provavelmente superava o total de exemplares distribuídos, uma vez que a prática da leitura coletiva era bastante comum, multiplicando o alcance das informações veiculadas pelo jornal e, conseqüentemente, ampliando sua influência sobre o público-alvo.

Os problemas de periodicidade do jornal persistiram, como demonstra a interrupção de oito meses entre setembro de 1931 e abril de 1932. Apesar da retomada das atividades em maio, com uma tiragem de dois mil exemplares, a publicação sofreu uma nova interrupção, mantendo a irregularidade ao longo de 1932.

Houve nova retomada em setembro, com duas edições: uma *regular*, que alcançou quatro mil exemplares, e outra *especial*, de cinco mil cópias, dedicada à *Semana Internacional da Juventude Trabalhadora*. Publicações de cinco mil unidades seguiram em outubro e novembro. No entanto, a periodicidade voltou a ser um obstáculo, e, após um trimestre de edições contínuas, a edição de dezembro não foi publicada.¹¹

A edição e a venda, embora intimamente relacionadas, são atividades distintas, o que impactava significativamente o financiamento da *Juventude Comunista*. Entre abril de 1932 e janeiro de 1933, de 21 mil exemplares de *O Jovem Proletário* impressos, apenas 15 mil (71,43%) foram vendidos. O destino dos exemplares não vendidos é incerto, mas há duas hipóteses prováveis: parte pode ter sido apreendida pela Polícia Política e o restante, distribuído gratuitamente. Durante esse mesmo período, também foram editados 30 mil manifestos e 10 mil selos de parede (INFORME..., 1933).

¹⁰ O Brasil realizou o Recenseamento Geral da População em 1920, sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatísticas, vinculada ao *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Um novo recenseamento só foi realizado em 1940, já sob a coordenação do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). Em 1930, o censo não foi realizado em virtude das agitações sociais e políticas decorrentes da Revolução de 1930. Assim, para estimar os dados populacionais nos anos intermediários, faz-se necessário recorrer a cálculos, utilizando-se, comumente, do método matemático da interpolação linear.

¹¹ Havia a especulação de que a edição ocorreria em janeiro de 1933, mas nenhum exemplar foi localizado para confirmar essa expectativa.

Os comunistas valorizavam seus órgãos de imprensa, mas a escassez de recursos financeiros era uma constante, como mostravam os relatos cotidianos sobre as dificuldades de custeio. Em resposta a esse problema, durante a II Reunião Plenária do Comitê Central da *Juventude Comunista*, realizada em outubro de 1929, foi aprovada uma resolução para criar uma administração exclusiva para as finanças e o fomento das publicações (CIRCULAR..., 1929).¹²

LUCTA ESTUDANTIL

Os jovens comunistas cariocas desenvolveram o *Lucta Estudantil*, no âmbito da *Federação Vermelha dos Estudantes* (FVE), uma organização social com sede e atuação concentrada primariamente na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e secundariamente na cidade de São Paulo.

O *Lucta Estudantil* foi um jornal especializado, como diríamos em linguagem atual (FERNANDES, 2017). Editado em formato tabloide, tinha como público-alvo os jovens em idade escolar, pois as instituições escolares eram consideradas como espaços estratégicos para a ação política.

Tratou-se indubitavelmente de um projeto editorial de vida efêmera, dado que o jornal *Lucta Estudantil* não passou da segunda edição em razão da repressão policial. A criação da FVE em si já foi uma tentativa de burlar a ânsia persecutória da Polícia Política, fazendo uso de “organizações de fachada”, como se diz no jargão jurídico e policial, para disfarçar a sua atuação no meio estudantil.

Pode-se inferir que a sua distribuição era realizada pelos militantes comunistas na clandestinidade, através de instituições sociais simpatizantes da causa - sindicatos, clubes, etc. Não foi possível estabelecer uma frequência de publicação, pois a FVE foi fechada pela polícia e apenas dois números foram editados. O número inaugural não foi localizado.

A segunda edição, de abrangência bimestral, cobriu o período de dezembro de 1932 a janeiro de 1933, trazendo, como destaque de primeira página, matéria sobre o fechamento da organização pela autoridade policial. Dessa maneira, a violência estatal permeia as discussões.

¹² Uma meta de impressão de 10 mil exemplares do jornal foi estipulada na ocasião, dada a necessidade de ampliar a propaganda. Contudo, esse objetivo não foi atingido.

Em uma das matérias a ação do governo brasileiro é comparado ao da Itália fascista; em outra, o objeto de reflexão é a violência policial contra os estudantes na conjuntura pós-Revolução de 1930.

A mensagem, por conseguinte, não poderia ser mais assertiva: o movimento de 1930 não foi uma revolução, mas uma farsa; para os estudantes, sobretudo os mais pobres, a luta estava apenas começando. Para ser bem-sucedida, um elemento não poderia estar ausente, isto é, a unidade na ação estudantil.

Os ativistas da FVE deveriam criar um *Comitê de Escola* e organizar uma *Conferência Antiguerreira* em cada instituição educacional do país. Uma meta ambiciosa, mas de efeitos limitados, tendo em vista que se tratava de um segmento ainda incipiente no país. De todo modo, revela não só a existência de um plano de ação bem estruturado, como também uma estratégia para sua execução (LUCTA ESTUDANTIL, n. 2, 1932-1933).

FRENTE JUVENIL

Na década de 1930, os jovens comunistas já descentralizavam suas ações em diversas organizações e periódicos, antes mesmo de adotarem a *tática de frente única*. Entre 1933 e 1934, o movimento antifascista foi liderado pela *Frente Única Antifascista* (FUA), uma dissidência trotskista que não obteve a adesão efetiva do PCB, cuja atuação foi marcada por indecisões. Isso ocorreu porque, naquele período, a *Internacional Comunista* impunha a *tática de classe contra classe* a todo o movimento, tornando alianças com outros grupos políticos inaceitáveis (BERTONHA, 1999).

A tática de frente única só foi oficialmente adotada pelo movimento comunista internacional e, conseqüentemente, pelo PCB, após o VII Congresso da Internacional Comunista, em agosto de 1935. A união contra o fascismo tornou-se então o ponto central da aliança esquerdista no Brasil, o que significava, sobretudo, combater o Integralismo e o governo Vargas (CARONE, 1982).

Durante essa conjuntura em São Paulo, a *Juventude Comunista*, por meio de seu Comitê Regional, publicou o jornal *Frente Juvenil*. O lançamento do primeiro número ocorreu em outubro de 1935. Nele, um texto com características editoriais, assinado por “Batista”, membro da Comissão de Imprensa, evidenciava a finalidade do periódico:

Pretendemos tirar regularmente um jornal próprio para a juventude explorada e oprimida de S. Paulo, de acordo com a situação presente, um jornal enfim, que represente de fato, os anseios e as necessidades da nova geração de jovens brasileiros (FRENTE JUVENIL, n. 1, 1935, p. 4).

A vontade dos ativistas-leitores determinaria a periodicidade do jornal, com as edições sendo diretamente proporcionais às contribuições enviadas. Diante disso, a ação coletiva era fundamental para os comunistas o transformarem no jornal da “juventude brasileira” (FRENTE JUVENIL, n. 1, 1935, p. 4).

Apesar da intenção, não há registros da continuidade da publicação. Isso não surpreende, pois desde abril de 1935 a Lei de Segurança Nacional (LSN) já vigorava no Brasil. O *Frente Juvenil* almejava ser um jornal de massas, elaborado com a participação de militantes e destinado a um amplo contingente populacional. Para alcançar esse objetivo, a colaboração de todos era fundamental:

Em cada célula deverá ser discutida a questão do jornal, seriamente, concretamente. Cada célula e cada companheiro deverá enviar suas críticas e sugestões sobre FRENTE. Cada companheiro, sem ser preciso que se faça pedidos pessoais, deve enviar seu artigo, seu informe. [...] Quando não seja um artigo doutrinário ou político, uma anedota, um poema qualquer coisa, enfim, com a qual possamos, depois de tudo reunido, tirar um jornal repleto de notícias interessantes, cheio de artigos e comentários que a mentalidade de nossa juventude possa assimilar facilmente (FRENTE JUVENIL, n. 1, 1935, p. 4).

O primeiro número do jornal traz matérias sobre a situação dos jovens no campo, nos quartéis e nas indústrias, setores de interesse dos comunistas. Há também uma retórica explícita que convoca as novas gerações para a atuação política, especialmente no combate ao Integralismo, a principal força a desafiar o campo progressista na época. O periódico ainda inclui duas breves notícias internacionais, uma sobre a atuação de jovens na Macedônia e outra na Inglaterra. (FRENTE JUVENIL, n. 1, 1935).

JUVENTUDE

O jornal *Juventude* era editado no Rio de Janeiro por uma célula do *Diretório Estudantil da Faculdade Nacional de Direito*.¹³ Sua redação se localizava no número 19 da Rua Conde Baependi, atualmente um logradouro do Flamengo, bairro nobre da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Como estava escrito na capa do jornal, a periodicidade era quinzenal, com publicações no dia primeiro e no décimo quinto dia de cada mês.

Um exemplar avulso era vendido por trezentos réis (\$300); a assinatura anual saía por oito mil réis (8\$000). Caso a publicação do jornal ocorresse de forma ininterrupta, anualmente seriam produzidos 120.000 exemplares, resultando em um faturamento total de trinta e seis *contos de réis*¹⁴ (36:000\$000). Não se pode determinar a magnitude dessa conquista, na medida em que não foram obtidas informações adicionais.

Com uma postura antifascista, a publicação propagava informações, análises, críticas e diversos artigos acerca da cultura política comunista, destacando as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e reportando de maneira sistemática as iniciativas preparatórias do *Primeiro Congresso da Juventude*.¹⁵ Na prática, o periódico desempenhava a função de meio de comunicação oficial do evento. Nas suas publicações, eram disseminados comunicados sobre os preparativos para o evento juvenil em vários estados da nação.

Na edição de 1º de junho de 1935, o jornal *Juventude* publicou um artigo de Ivan Pedro de Martins que aborda o imperialismo e suas relações com o latifúndio no Brasil. O texto também examina as implicações desse cenário para a política e economia do país, com ênfase na questão da soberania. Em suas linhas gerais, o raciocínio é relativamente simples: a perpetuação do latifúndio é uma necessidade do capitalismo internacional, visto que os países imperialistas precisam manter as economias agrárias

¹³ Em 1932, após vencer a chapa adversária por uma margem significativa de 2013 votos contra 68, o Diretório ficou sob a liderança de um grupo de estudantes. Este era composto por Ivan Pedro de Martins, Carlos Lacerda, Medeiros Lima, Jorge Amado (posteriormente substituído por Nuno Martins) e Edmundo Muniz (POERNER, 1968).

¹⁴ Contos de réis ou milhões de réis, tendo em vista que cada *conto* correspondia a um milhão de réis.

¹⁵ A identificação deste congresso varia entre as fontes e a historiografia. Enquanto Poerner (1968) o chama de *I Congresso da Juventude Operária-Estudantil*, a imprensa paulistana de 1935 registrou outras denominações. O *Correio de São Paulo*, edição de 17/1, nomeia como *Primeiro Congresso da Juventude Proletária*; em *A Gazeta* de 25/1 é qualificado como *1.º Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo*; já o *Diário da Noite*, de 31/1, nomeia como *1.º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo*; ao passo que a *Folha da Manhã*, na sua edição de 17/5, registra a nomenclatura *1.º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo* (SANTANA, 2025).

nessa condição. Dessa forma, tais nações não conseguirão se industrializar e, assim, ameaçar a manutenção de seu monopólio e lucros (JUVENTUDE, 1935, n. 3, p. 3).

O capitalismo produziu o imperialismo, que, segundo a clássica interpretação leninista (LÊNIN, 2021), nada mais é do que a sua fase final de desenvolvimento. O imperialismo, portanto, surge como uma solução encontrada pelas potências capitalistas para escoar o excesso de produção. Isso ocorre porque, quando o capital não consegue mais extrair ganhos na economia nacional de origem, devido às contradições entre a “classe produtora” e a “classe detentora dos meios de produção”, ele é acometido de hipertrofia (JUVENTUDE, 1935, n. 3, p. 3).

A fonte de capital provinha do trabalho na produção industrial. Há, portanto, um modo particular de dominação no imperialismo. Torna-se imperativo inviabilizar a indústria nacional, transformando o país em mero fornecedor de matérias-primas. Isso só é possível, defende o articulista, mediante o controle da soberania econômica, o que implica tornar-se proprietário de todas as empresas estratégicas do país (JUVENTUDE, 1935, n. 3).

O imperialismo necessita controlar toda a esfera econômica do país para poder impor uma dinâmica que lhe seja favorável. O autor pode ter tido acesso à tese leninista – o imperialismo como etapa final do capitalismo – por três vias distintas, mas não excludentes: (i) a leitura da obra de Lênin; (ii) a análise de documentos da *Internacional Comunista*; ou (iii) a recepção por comunicação oral.

No *VI Congresso da Internacional Comunista*, devidamente qualificado, foram estabelecidas as diretrizes para a questão imperialista, cuja síntese é reproduzida a seguir:

Em cada país imperialista, a exploração capitalista tomou o caminho do desenvolvimento das forças produtivas. Porém, as formas coloniais específicas de exploração capitalista realizada pela burguesia britânica, francesa ou outra qualquer, travam o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias. Somente se constrói um mínimo (ferrovias, portos, etc.).

A agricultura das colônias é obrigada, em grande parte, a trabalhar para a exportação, porém com isso a economia rural não se liberta de modo algum das cadeias das formas pré-capitalistas da economia.

Agudiza-se a exploração do campesinato, porém não se renovam os métodos de produção.

O lucro obtido na colônia, em sua maior parte não se emprega produtivamente ali, senão que se espreme o país e se investe na metrópole ou em novos âmbitos de expansão do respectivo imperialismo. Dessa maneira, a exploração colonial, segundo sua tendência fundamental, tem como efeito a postergação do desenvolvimento das forças produtivas nas colônias, a rapina das riquezas naturais e, antes de tudo, o esgotamento das reservas das

forças produtivas humanas e do país colonial (MANTEGA, 1984, p. 149-150).

A explicação para o funcionamento da economia é apresentada de forma relativamente simplista, resultando na perda das nuances e sutilezas do processo histórico, com a prevalência de um acentuado voluntarismo e um inegável mecanicismo na exposição factual. O texto, sem dúvida, atinge seus propósitos, pois detém pleno potencial para persuadir os leitores por meio de tal modelo de redação.

Os dados apresentados no excerto, assim como o esquema interpretativo, foram posteriormente problematizados e amplamente disseminados por teóricos do marxismo. A problemática dos mercados externos surge nas discussões sobre a acumulação de capital e a demanda efetiva, um tema tradicional da Economia Política Marxista, no qual Tugan-Baranovski¹⁶ e Rosa Luxemburgo¹⁷ são autores centrais.

Não se pode perder de vista o objetivo do texto de Ivan Pedro de Martins: a militância e a propaganda política. Em sua visão, a ingerência do capital internacional na política nacional configura-se como um ataque à soberania do país. O articulista defende que, em virtude do cenário de intromissão imperialista, o Brasil ainda não teria alcançado a independência plena, tornando-se incapaz de determinar seus próprios interesses e rumos. A independência política, segundo ele, seria uma ficção, pois o país estaria sob o controle de mãos estrangeiras no que se refere à sua vida econômica.

O latifúndio é a peça-chave do esquema de dominação nacional, cuja funcionalidade básica reside na monocultura direcionada à exportação. Sem ele, três pilares essenciais para a existência do imperialismo seriam inviáveis: (i) a redução dos custos de mão de obra; (ii) a diminuição dos insumos do solo e, por conseguinte, (iii) o bloqueio à formação de um mercado interno.

O latifundiário poderia produzir a baixo custo caso conseguisse mão de obra barata. Consequentemente, os produtos apresentariam um preço atrativo, capaz de interessar aos países industrializados e imperialistas. Estes, por sua vez, disporiam da matéria-prima de que necessitassem a um preço vantajoso para seus interesses. Os trabalhadores rurais e a população brasileira, em sua totalidade, estariam subordinados à produção industrial estrangeira. Esse domínio, exercido por via do poder econômico, era facilmente verificável em múltiplos setores, bastando observar:

¹⁶ Mikhail **Tugan-Baranovski** (1865-1919) foi um político e intelectual russo ucraniano, notadamente dedicado à teoria econômica e à história de cunho marxista.

¹⁷ **Rosa Luxemburgo** (1871-1919) foi uma ativista e intelectual (filósofa e economista) marxista polaco-alemã. Foi militante do *Partido Social Democrata da Alemanha* e fundadora do *Partido Comunista da Alemanha*.

[...] as estradas de ferro, as quedas d'água e companhias de força e luz, os serviços de transportes aéreos e marítimos e mesmo nossa indústria incipiente são propriedades de capitalistas estrangeiros que ainda tem o controle real dos bancos e nos controlam politicamente através das dívidas para o pagamento das quais até as rendas da Central do Brasil estão hipotecadas (JUVENTUDE, 1935, n. 3, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência estatal contra as camadas populares e a ausência de cidadania plena são as marcas visíveis do processo histórico conhecido como não republicanização da república. Em outras palavras, o regime republicano, nestas paragens, foi pleno na forma, mas não no conteúdo; pleno em representações, mas não em práticas. Esse aparente paradoxo foi explorado pela juventude rebelde e supostamente revolucionária, que fez uso dele em suas ações políticas e em suas manifestações por meio da imprensa alternativa.

O papel da imprensa foi fundamental na publicização de ideias, constituindo-se um fator determinante para a construção da legitimidade face à opinião pública. Por conseguinte, os periódicos eram largamente utilizados nas atividades da organização juvenil, devido à função estratégica exercida (i) na disseminação da informação e/ou da propaganda, bem como (ii) na doutrinação de potenciais adeptos ou na manutenção daqueles já incorporados à causa.

Os jornais funcionaram como um meio de comunicação essencial entre o grupo político dos jovens comunistas e seu público-alvo, dividido em quatro categorias sociais: militares, estudantes, camponeses e operários. Nesse contexto, esses segmentos eram entendidos implicitamente por meio de oposições: militares e civis; estudantes e trabalhadores; camponeses e trabalhadores urbanos; operários e trabalhadores do comércio e serviços.

A essência da ideologia comunista transcende a mera organização política e econômica, enfocando a promessa de emancipação do ser humano e almejando uma sociedade na qual as limitações impostas pela propriedade privada e as tensões da luta de classes sejam, por fim, superadas. Com base no materialismo histórico, a abordagem marxista analisa as contradições do capitalismo, que se manifestam na exploração da força de trabalho e na desigualdade, considerando-as como o motor da revolução proletária. A coletivização dos meios de produção se apresenta como um fundamento

crucial, promovendo a redistribuição da riqueza gerada socialmente para atender às necessidades coletivas, em vez de favorecer a acumulação privada de capital.

A perspectiva antropológica acerca do ser humano é de natureza coletiva. Nesse entendimento, o sujeito atinge a autêntica liberdade humana – transcendendo a condição de indivíduo – ao se concretizar na interconexão solidária com o Outro. Do mencionado processo histórico, presumivelmente de longa duração, o Estado tende a tornar-se obsoleto e desnecessário, sendo substituído por uma comunidade global coesa, desprovida de divisões de qualquer espécie.

A investigação parte do pressuposto de que a revolução constituía o horizonte de expectativas para os jovens ativistas. Assim, buscamos analisar a contribuição dos jornais nesse processo, tendo em vista a imensa expressividade que esses veículos possuíam naqueles anos. A questão que se coloca é: de que forma os jornais foram mobilizados para promover a circularidade cultural na sociedade?

A circularidade cultural é crucial para a construção social da legitimidade, ao atuar na interação entre diferentes classes sociais e na ampla abrangência dos jornais, que alcançavam os mais variados públicos. Seja qual for a cultura política de origem, é fundamental que o grupo sociopolítico legitime sua própria causa e, ao mesmo tempo, deslegitime a do adversário. Sem essa dinâmica, a ação política se enfraquece perante a opinião pública, pois o jogo decisivo ocorre no campo das ideias.

Em suma, os jornais constituíram um importante canal de comunicação com a sociedade civil. Em termos práticos, a experiência dos ativistas na *Juventude Comunista* permitiu o desenvolvimento de uma linguagem alternativa, baseada em três pilares essenciais:

(i) uma mescla de elementos da linguagem popular e erudita – resultado de uma revisão superficial ou de uma prática intencional para parecer um texto de autoria de “pessoa do povo”;

(ii) um conflito declarado e explícito entre razão e emoção, objetividade e subjetividade, pois os textos não demonstram qualquer intenção de imparcialidade ou de ocultar sentimentos;

(iii) argumentos construídos sobre pressupostos ideológicos, com maior ou menor domínio deles por parte do autor do texto.

REFERÊNCIAS

FONTES

APESP/SSP-SP/DEOPS-SP/PRONTUÁRIOS¹⁸

FRENTE JUVENIL, São Paulo, ano I, n. 01, out. 1935.

JUVENTUDE, Rio de Janeiro, ano I, n. 03, 01 jun. 1935.

LUCTA ESTUDANTIL, Rio de Janeiro, ano I, n. 02, dez. 1932 - jan. 1933.

O JOVEM PROLETÁRIO, Rio de Janeiro, ano VI, n. 23, 23 ago. 1935.

UNESP/CEDEM/IC¹⁹

CARTA Manuscrita do Secretário-Geral para o Comitê Central Executivo da Internacional Juvenil Comunista. *Juventude Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 maio 1928.

CIRCULAR sobre o II Plenum do Comitê Central Executivo. *Juventude Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 out. 1929.

INFORME ao Secretariado da América do Sul e do Caribe do Comitê Executivo da Internacional Juvenil Comunista. *Juventude Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 mar. 1933.

INFORME ao Secretariado Sul Americano de Juventude da Internacional Juvenil Comunista. *Juventude Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 jan. 1930.

RELATÓRIO Geral. *Juventude Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1929.

LEGISLAÇÃO ONLINE

BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-norma-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

¹⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo / Fundo Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo / Acervo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo / Série Prontuários.

¹⁹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / Centro de Documentação e Memória / Coleção Internacional Comunista

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Decreto n. 05.083, de 1º de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro: Chefia do Governo Provisório, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei n. 038, de 4 de abril de 1935a. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935b. Modifica vários dispositivos da Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935 e define novos crimes contra a ordem político social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). *In*: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro (1930-1983). Disponível em: https://www18.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb?utm_source=openai. Acesso em: 20 set. 2025.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. 5. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2002.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. 2. ed. rev. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BERTONHA, João Fábio. **Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o**

- fascismo, 1919-1945. São Paulo: FAPESP ; Annablume, 1999.
- BORGES, Vavy P. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia, 1926-1932. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias (1º volume). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- CARONE, Edgar. **O PCB**. São Paulo: Difel, 1982. v. 2.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 20 set. 2025.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. *In*: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238 (O Homem e a História).
- DE DECCA, Edgar S. **1930**: o silêncio dos vencidos. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1969].
- FERNANDES, Alessandra Lemos. **Jornalismo**: especialização e segmentação. Curitiba: InterSaberes, 2017 (Série Excelência em Jornalismo).
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”, v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. (Obras reunidas de Florestan Fernandes).
- FORMISANO, Ronald P. The Concept of Political Culture. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, MA (U.S.), v. 31, n. 3, p. 385-392, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1976].
- GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, Washington, D.C. (U.S.), v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.
- JAMBEIRO, Othon *et al.* **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3yd>. Acesso em: 20 set. 2025.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Trad. Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021 [1917].

- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?** Questões candentes de nosso movimento. Trad. Edições Avante! Revisão Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020 [1902].
- LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas: os anos críticos (1934-38)**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras: 2001.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Polis ; Vozes, 1984.
- MARTINI, Silvia R. M. Levantamento parcial de periódicos sindicais do século XX do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth. **Cadernos AEL**, Campinas/SP, v. 7, n. 12/13, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/acl/article/view/2489>. Acesso em: 20 set. 2025.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de sítio - 1ª parte. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 2, n. 5, p. 134-180, mar. 1965a.
- NAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de sítio - 2ª parte. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 2, n. 6, p. 61-88, jun. 1965b.
- NAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de sítio - 3ª parte. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 2, n. 7, p. 121-148, set. 1965c.
- PEDREIRA, Waldecy C. Reconhecimento do acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro. *In*: **DOPS - a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, APERJ, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RIBEIRO, Alessandro Teixeira. **Diagramação e layout**. Curitiba: Contentus, 2020.
- SANTANA, M. S. A difícil transformação: os industriais e a oposição ao Código de Menores de 1927. **Dimensões**, Vitória, v. 30, p. 315-334, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/6154>. Acesso em: 20 set. 2025.
- SANTANA, M. S. de. **Projetos para a Juventude: as relações de força na política e a intervenção do Estado na questão social (1926-1945)**. São Paulo: Dialética, 2025.
- SANTOS DE SANTANA, M. A questão social e a juventude no processo de transição do Estado brasileiro (1926-1930). **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 23, n. 3, p. 148-163, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/14392>. Acesso em: Acesso em: 20 set. 2025.
- SANTOS DE SANTANA, M. Em torno da cultura escrita: da materialidade do impresso e capacidade de persuasão. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 48, p. 123-140, jan.-abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/26846>. Acesso em: Acesso em: 20 set. 2025.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SETTI, João Bosco. **Ferrovias no Brasil**: um século e meio de evolução. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2008.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1999 (UNESP/Cambridge).

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed., 3. reimp. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. (História; 18).



Recebido em: 21/05/2024
Parecer dado em: 19/08/2024